

Incursão sobre a transformação da relação poder-responsabilidade



Mário Parra da Silva, presidente da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE)

Proponho fazer uma incursão sobre a transformação da relação poder – responsabilidade no passado recente, à luz das seguintes ideias que me parecem ser evidentes por si próprias:

1. O poder é conferido ao seu titular como meio de habilitar a concretizar objetivos pelos quais é responsabilizado. A extensão e âmbito dos poderes conferidos são correlatos com a responsabilidade atribuída.
2. A ética suporta o exercício do poder proporcionando critérios de decisão e comportamento, resultantes de princípios e valores éticos.

O início dos anos 70 viu uma reforma da educação que encheu cursos universitários e um grande desenvolvimento económico. Nas empresas dominava o “patrão” com poderes quase absolutos. O Estado pouco se intrometia na vida da empresa, desde que pagasse impostos. A empresa estava mais condicionada pelos cartéis de interesses do que pelas autoridades públicas.

Portugal era então (1972/3) um regime autoritário. O milagre económico era saudado na imprensa internacional e as condições de governo da empresa não diferiam das praticadas nas democracias. A doutrina dominante

era a associação entre poder e risco, ou seja “se o dono da empresa a governar mal vai perder o seu capital investido, ninguém quer perder dinheiro, e isso é motivador suficiente para dissuadir comportamentos propositadamente errados”.

Dominava também outro conceito, que consistia no controle da (quase) totalidade do essencial da cadeia de produção. Quanto maior era a empresa melhor; quanto mais abrangente a gama de negócio, maior o valor acrescentado conservado internamente, maior capacidade de concorrência.

Parece ter sido esquecido que, com a diminuição do Poder, vem a diminuição da percepção de Responsabilidade

A primeira componente de mudança veio com o papel regulador do Estado. A doutrina dominante defendia o Estado como parte boa da sociedade, cujos propósitos são guiados pelo interesse público. Ao Estado caberia arbitrar as inevitáveis lutas entre Capital e Trabalho, entre fornecedores e consumidores, etc.

Passou a ser prioritário para o Estado assegurar a boa distribuição da riqueza produzida pelos empresários.

Para a defesa e promoção da justiça social, laboral, ambiental, alimentar, ordenamento territorial, etc., os Estados cresceram e absorveram uma parte cada vez maior da riqueza produzida, tornando-se numa grande organização e cobrindo todas as áreas potenciais do seu negócio, internalizando o máximo de cobrança nas áreas em que a sociedade pudesse pagar a sua atividade.

O poder real do “patrão” foi reduzido, ao Estado juntaram-se os Bancos, hoje sócios de todos os “patrões”. Os Consumidores são parceiro poderoso pelas suas organizações representativas e pelo seu papel enquanto consumidor.

A segunda componente de mudança chegou com o colapso das mega-organizações e a dispersão e terceirização de partes da cadeia de valor. Um departamento



passou a empresa autónoma com liberdade de vender a quem dê mais e melhor. O pequeno passou a ser bom, a redução de margens achatou as hierarquias, surgiu a flexibilidade, as múltiplas funções, a instabilidade das cadeias de fornecimento e a precaridade.

O capital tornou-se móvel, rápido, ajustável, e o Patrão tornou-se Acionista. Designou administradores que cuidam do negócio e garantem retorno. Nasceram as “administrações”, condicionadas por todos os outros intervenientes na empresa como os antigos patrões, que pequenos demais para passar a “acionistas”, foram chamados “empresários”. Pequenos e médios empresários almejam vir a ser acionistas mas temem acabar como trabalhadores.

Poder todos têm cada vez menos, repartido entre todas as partes interessadas.

Parece ter sido esquecido que, com a diminuição do Poder, vem a diminuição da perceção de Responsabilidade. Da responsabilidade individual, inteira, sobre a pessoa que detinha o poder supremo, substitui-se uma responsabilização mais difusa, coletiva, distribuída por vários agentes independentes, menos assumida e menos suscetível de sanção. É assim nas empresas, famílias, sociedade e poder político.

Soluções: terão de estar na maior consciência de projeto e cidadania, na maior responsabilidade individual e sanção social, no apuramento dos costumes e no rigor dos métodos, na “accountability”, ou seja, a responsabili-

zação das organizações e consequentemente dos seus responsáveis, a começar pelos acionistas, na difusão dos valores que adotamos enquanto sociedade, incluindo na educação, seja por ensino formal ou prática.

“

A ética das organizações tornou-se uma questão séria. A responsabilidade é hoje de todos, em graus diferentes sem dúvida, mas de todos

”

É neste sentido que vai a recente Estratégia Europeia de RS, suportada pelos princípios do Global Compact e pela Norma Internacional ISO 26000.

A ética das organizações tornou-se uma questão séria. A responsabilidade é hoje de todos, em graus diferentes sem dúvida, mas de todos. Passou-se ao pequeno poder em rede. Da grande responsabilização passou-se à responsabilidade social, do mundo que era de uns passou-se ao mundo que se pretende seja de todos. Por isso a RS é a Ética da Humanidade. É a necessidade de nos encontrarmos no espaço comum de uma vida melhor para todos, em cooperação e diálogo, para que haja uma Terra melhor para os nossos filhos e os filhos dos nossos filhos.

